

Por Antonio Penteado Mendonça



A humanidade está vivendo mais. A longevidade é um dado concreto que tem impactos pesados nas sociedades e nas nações. O aumento da expectativa de vida muda os relacionamentos pessoais, interfere na estrutura familiar, encarece os custos com saúde e aposentadoria.

No campo privado, altera significativamente os cálculos atuários e as políticas comerciais das seguradoras que operam com seguros de pessoas. Nem poderia ser diferente, se a vida média das pessoas salta de 40 para 75 anos em meio século, as tabelas atuárias precisam ser atualizadas porque os dados iniciais não servem mais para tratar a realidade atual.

Tanto o setor público como a iniciativa privada estão sendo pressionados pelas mudanças cada vez mais rápidas que alteram a realidade da humanidade. Os avanços no campo da saúde, com certeza, aumentam a expectativa de vida. Em países como o Japão ela já está próxima dos 90 anos e não para de subir, validando a premissa de que ainda neste século viver mais de 100 anos não será exclusividade de uns poucos.

Mas se o aumento da longevidade é uma certeza, o aumento da qualidade de vida não é tão certo assim. Viver mais quer dizer ficar sujeito a doenças e outras consequências do envelhecimento, capazes de afetar negativamente a capacidade de vida autônoma do ser humano. Enfraquecimento do corpo, queda da capacidade de raciocínio, restrições de mobilidade, doenças crônicas, fazem parte do processo do aumento da expectativa de vida e podem atingir uma pessoa, sem que haja a possibilidade de limitar sua agressão ou reverter o quadro.

Viver mais é muito bom se o tempo de vida extra for gozado com saúde. Se o indivíduo for atingido por problemas de mobilidade parcial ou total, será que justifica viver mais? Se ele tiver sua capacidade de raciocínio severamente afetada, será que justifica viver mais? Será que depender de enfermeiros e cuidadores paga o preço de se viver 100 anos?

As questões acima estão restritas ao campo da qualidade de vida do indivíduo, mas elas vão além e afetam diretamente os custos envolvidos na manutenção da vida humana. Viver mais, com saúde, é muito bom e muito caro. Viver mais, sem saúde, não é tão bom e é mais caro ainda. Os custos sociais envolvidos são elevados e implicam em duas grandes vertentes, a saber, custeio da previdência e custeio da saúde. O primeiro visa pagar o custo da vida do cidadão. Suas necessidades básicas com alimentação, vestuário, moradia, etc. O segundo diz respeito especificamente a saúde. Consultas, medicamentos, exames, internações, cuidados paliativos, acompanhamento profissional 24 horas, fisioterapia, psicoterapia, e o mais necessário para garantir uma qualidade de vida mínima durante o tempo extra que a pessoa estiver viva.

Neste cenário, cada vez mais rápido e agressivo, a previdência social, inclusive pela mudança das relações de trabalho e estrutura de seu custeio, já está severamente pressionada. Em breve está

pressão se estenderá também as seguradoras, previdências complementares e planos de saúde privados. Ou elas mudam e se adequam, ou vão fazer água.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 11.08.2025.